IES fortalece agenda de governança de contratos no setor da saúde

Com a chegada de Patrícia Narciso à categoria de Associados Honorários, Instituto amplia sua atuação no desenvolvimento de práticas voltadas à transparência, à eficiência e à segurança das relações contratuais.

O Instituto Ética Saúde (IES), em continuidade às suas iniciativas de promoção da ética, da integridade e da autorregulação no setor da saúde, fortalece sua agenda de atuação com o projeto de governança de contratos de serviços de saúde. Para contribuir com o desenvolvimento dessa iniciativa, o Instituto passa a contar com Patrícia Narciso, que integra a categoria de Associados Honorários da entidade, a convite do presidente do Conselho de Administração, Sérgio Rocha.

O projeto tem como foco desenvolver, implementar e fomentar práticas de governança de contratos, com o objetivo de ampliar sua adoção no mercado de saúde, envolvendo operadoras, gestores do Sistema Único de Saúde (SUS), prestadores de serviços e fornecedores. A proposta busca promover maior transparência na aplicação dos recursos, clareza nas responsabilidades assumidas, previsibilidade nas relações comerciais e equilíbrio entre os diferentes agentes da saúde pública e privada, tendo como premissas a qualidade e a continuidade da assistência ao paciente.

Nesse sentido, o diretor executivo do IES, Filipe Venturini, reuniu-se com a associada honorária Patrícia Narciso para o desenvolvimento conjunto de diretrizes técnicas e conteúdos referentes à governança de contratos no setor da saúde, que serão apresentados nos próximos dias. A iniciativa converge com os princípios institucionais do IES ao aproximar ética, eficiência, responsabilidade e segurança jurídica das relações contratuais. A construção de uma governança efetiva pressupõe a participação dos diferentes atores do setor, o estabelecimento de compromissos transparentes e o acompanhamento das obrigações pactuadas.

Enfermeira de formação, CEO da Evodux e fundadora da Evodux Intelligence Research, Patrícia possui 32 anos de experiência no mercado de saúde, com atuação em gestão estratégica, eficiência operacional e custos assistenciais. Sua expertise soma-se às contribuições dos demais Associados Honorários do IES, personalidades que, em diferentes momentos, contribuíram para a construção, o desenvolvimento e o fortalecimento do Instituto.

Ao fomentar a governança de contratos de serviços de saúde, o IES reafirma seu compromisso com a construção coletiva de soluções que estimulem a adoção de boas práticas pelo mercado. A expectativa é que, em 2027, a iniciativa avance na consolidação de referenciais e práticas que contribuam para relações contratuais mais éticas, transparentes, equilibradas e sustentáveis em todo o ecossistema da saúde.

Parceria entre IES e ABIMO avança com instalação de Comitê Técnico voltado à integridade no setor da saúde

Grupo de trabalho inicia a execução do Acordo de Cooperação Técnica, com foco na prevenção de irregularidades e no fortalecimento de práticas éticas no mercado de dispositivos médicos.



O Instituto Ética Saúde (IES) e a Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (ABIMO) iniciaram, em 4 de novembro, os trabalhos do Comitê Técnico de Implementação, instituído no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre as entidades. A reunião marca o avanço do plano de trabalho conjunto e estabelece as primeiras bases para a execução de ações voltadas à

promoção da integridade e ao enfrentamento de práticas ilícitas no setor de dispositivos médicos.

Participaram do encontro Sérgio Rocha, presidente do Conselho de Administração do IES; Filipe Venturini, diretor executivo do Instituto; Jamir Dagir Jr., presidente da ABIMO; Patricia Braile, conselheira da ABIMO e presidente da Braile Biomédica; Messias Teixeira da Purificação, diretor Administrativo e Financeiro da ABIMO; e Márcio Bertoni, coordenador de Marketing da entidade.

A instalação do Comitê Técnico dá início à organização das atividades previstas no acordo, com definição de prioridades e articulação entre as instituições. Entre os temas estabelecidos para atuação estão o enfrentamento à comercialização de dispositivos médicos ilícitos, falsificados ou adulterados, além da prevenção de fraudes, contrabando e práticas de concorrência desleal.

O plano de trabalho também prevê o fortalecimento do diálogo com órgãos de controle e autoridades públicas, ações de capacitação, elaboração de orientações de integridade e disseminação dos princípios do Marco de Consenso Brasileiro para a Colaboração Multissetorial na Área da Saúde. As iniciativas deverão respeitar a autonomia das empresas, a confidencialidade das informações e o caráter voluntário das recomendações.

A cooperação busca transformar os compromissos assumidos pelas duas entidades em medidas práticas, fortalecendo a autorregulação e a colaboração institucional. A atuação conjunta também pretende contribuir para a proteção do mercado regulado, a concorrência responsável e, sobretudo, a segurança dos pacientes.

Com a instalação do Comitê Técnico, IES e ABIMO avançam na implementação do ACT e na construção de uma agenda comum de integridade para o setor de dispositivos médicos.

IES destaca autorregulação privada como instrumento para orientar o uso da inteligência artificial na saúde

Durante painel da FISWEEK 2026, Filipe Venturini destacou a importância de uma regulação flexível, baseada em princípios éticos, e apresentou o conceito de algorética como referência para orientar o desenvolvimento e o uso de tecnologias na cadeia de valor da saúde.

O Instituto Ética Saúde (IES) participou da FISWEEK 2026, realizada de 11 a 13 de novembro, no Rio de Janeiro. No dia 13, Filipe Venturini, diretor executivo do Instituto, integrou o painel “Ética e Inovação na Saúde: Construindo uma nova Cultura de Regulação em Tempos de IA”, que reuniu representantes de diferentes instituições para discutir os desafios da inteligência artificial, da inovação e da regulação no setor da saúde.

Promovido na trilha Ética, Regulação & Direito da Saúde, o debate contou também com a participação de Alessandra Zanqueta, da ZMed; Angélica Carvalho, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS); Cristian Mazza, da Associação Latino-Americana de Sistemas Privados de Saúde (ALAMI); e Davi Uemoto, da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde (ABRAIDI). A discussão abordou os caminhos para conciliar o avanço tecnológico com a segurança, a responsabilidade e a proteção dos pacientes.

Durante o painel, a participação do IES concentrou-se no papel da autorregulação privada diante da velocidade das transformações provocadas pela inteligência artificial. Questionado sobre o tema pela representante da ANS, Filipe defendeu que o próprio setor precisa participar ativamente da construção de diretrizes capazes de acompanhar a evolução tecnológica e suas implicações em toda a cadeia de valor da saúde.

“A inteligência artificial ainda está em um estágio inicial e deve avançar muito nos próximos anos. As transformações serão rápidas, e precisamos de mecanismos capazes de acompanhar esse

movimento. A autorregulação privada permite que os próprios agentes da cadeia de valor da saúde construam e atualizem diretrizes de maneira mais ágil, considerando suas necessidades e, principalmente, os impactos sobre os pacientes", afirmou Venturini.

Na avaliação do diretor executivo do IES, a velocidade da inovação representa um desafio para os modelos tradicionais de regulação. Processos legislativos e regulatórios podem demandar períodos mais longos de discussão e aprovação, enquanto as aplicações de inteligência artificial se modificam continuamente.

Nesse cenário, Filipe ressaltou que uma regulação baseada em princípios e conceitos, combinada à autorregulação privada, pode oferecer maior capacidade de adaptação às mudanças. A proposta não significa substituir a atuação do Estado, mas construir mecanismos complementares, capazes de contribuir também para o aprimoramento da regulação estatal.

"A autorregulação privada pode funcionar como um instrumento complementar à regulação do Estado. O setor conhece suas próprias necessidades e consegue desenvolver mecanismos de adequação mais rápidos, que podem inclusive subsidiar a construção de normas públicas e modelos de certificação", explicou.

A discussão também envolveu a necessidade de estabelecer critérios que orientem o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial em diferentes atividades da saúde. Para o Instituto, a adoção de diretrizes comuns é importante para garantir que a inovação tecnológica esteja alinhada à ética, à integridade e à centralidade do paciente.

Outro conceito apresentado por Filipe foi o de algorética, entendido como a materialização dos princípios éticos na concepção, no desenvolvimento, na governança e na aplicação dos algoritmos. A proposta busca assegurar que a inovação tecnológica esteja subordinada à dignidade humana, aos direitos fundamentais, à justiça e ao interesse coletivo.

O conceito reúne pilares como transparência, justiça e equidade, responsabilidade, privacidade, centralidade humana e inclusão. Na prática, esses princípios orientam questões como a compreensão dos critérios utilizados por sistemas automatizados, a prevenção de discriminações, a proteção de dados pessoais e a definição de responsabilidades pelo desenvolvimento e uso das tecnologias.

"Não basta que a inteligência artificial seja inteligente. Ela precisa estar a serviço de uma sociedade mais ética. Isso significa garantir que as decisões automatizadas respeitem a dignidade humana, os direitos das pessoas e o interesse coletivo", destacou Venturini.

A algorética, nesse sentido, aproxima a discussão sobre inovação tecnológica da agenda de ética e integridade já desenvolvida pelo IES. O objetivo é que os avanços da inteligência artificial sejam acompanhados por critérios de responsabilidade e transparência, evitando que a tecnologia se sobreponha aos direitos e às necessidades dos pacientes.

A apresentação também estabeleceu uma conexão entre a algorética e o Marco de Consenso Brasileiro para a Colaboração Ética Multissetorial na Área da Saúde, iniciativa que reúne princípios e diretrizes para orientar as relações entre os diferentes agentes da cadeia de valor.

Um dos fundamentos destacados é a não delegação do processo decisório e a preservação da centralidade do paciente. Embora sistemas de inteligência artificial possam apoiar análises e decisões, sua utilização deve respeitar a autonomia humana e os direitos fundamentais, mantendo a responsabilidade dos agentes envolvidos.

O Marco de Consenso também reforça princípios como dialogicidade, cooperação e transparência, considerados essenciais para a construção de relações éticas entre os diferentes segmentos. A partir dessa perspectiva, a autorregulação privada pode contribuir para estabelecer referências comuns, mecanismos de acompanhamento e critérios verificáveis para o uso responsável das

novas tecnologias.

A participação do Instituto Ética Saúde (IES) na FISWEEK 2026 reforçou a importância de aproximar inovação, regulação e ética. Diante da expansão da inteligência artificial na saúde, o desafio é construir mecanismos capazes de acompanhar as transformações tecnológicas sem perder de vista a responsabilidade dos agentes, a proteção dos direitos fundamentais e a centralidade do paciente.

Fonte: Instituto Ética Saúde, em 19.11.2026.